

PARECER Nº , DE 2018

Da COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL, sobre o Mensagem (SF) nº 30, de 2018 (Mensagem nº 231/2018, na Casa de origem), da Presidência da República, *que submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com os arts. 39 e 41 da Lei nº 11.440, de 2006, a escolha do Senhor MARCOS BEZERRA ABBOTT GALVÃO, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador Extraordinário e Plenipotenciário, Chefe da Missão do Brasil junto à União Europeia, em Bruxelas.*



SF/18650.13377-68

Relator: Senador **CRISTOVAM BUARQUE**

I – RELATÓRIO

Submete-se ao exame desta Casa a indicação que o Presidente da República faz do Senhor MARCOS BEZERRA ABBOTT GALVÃO, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores (MRE), para exercer o cargo de Embaixador Extraordinário e Plenipotenciário, Chefe da Missão do Brasil junto à União Europeia, em Bruxelas.

Conforme o art. 52, inciso IV, da Constituição Federal, é competência privativa do Senado Federal apreciar previamente, e deliberar por voto secreto, a escolha dos chefes de missão diplomática de caráter permanente.

Em atendimento ao previsto no art. 383 do Regimento Interno do Senado Federal, o Ministério das Relações Exteriores encaminhou currículo do diplomata.

O Senhor MARCOS BEZERRA ABBOTT GALÃO, nascido em 14 de janeiro de 1959, em Nova York, Estados Unidos (EUA), é filho de Fernando Abbott Galvão e Sônia Bezerra Galvão. Tem nacionalidade brasileira em razão do art. 129, inciso II da Constituição de 1946.

Concluiu o Curso de Preparação para a Carreira Diplomática do Instituto Rio Branco em 1980 e assumiu o posto de Terceiro-Secretário no ano seguinte. Obteve Mestrado em Relações Internacionais pela American University, em Washington, DC, EUA, em 1988.

O diplomata indicado tornou-se Segundo-Secretário em 1982. Por merecimento, chegou a Primeiro-Secretário em 1987; a Conselheiro em 1994; a Ministro de Segunda Classe em 1999; e a Ministro de Primeira Classe em 2006.

Ao longo de sua carreira, desempenhou numerosas e relevantes funções. Merecem destaque as listadas abaixo:

Professor-Assistente de Relações Internacionais e Orientador Profissional do Instituto Rio Branco (1990);

Diretor-Geral da Fundação Alexandre de Gusmão (1992);

Professor de Linguagem Diplomática do Instituto Rio Branco (1993);

Chefe de Gabinete do Ministro do Meio Ambiente e da Amazônia Legal (1993);

Assessor do Ministro da Fazenda (1994);

Conselheiro na Embaixada em Londres (1995);

Subchefe e Porta-voz do Gabinete do Ministro de Estado das Relações Exteriores (1998);

Professor de Política Externa Brasileira do Instituto Rio Branco (1999);

Ministro-Conselheiro e Encarregado de Negócios na Embaixada em Washington (2001);

Chefe de Gabinete do Ministro da Fazenda (2005);

Secretário de Assuntos Internacionais do Ministério da Fazenda (2008);

Embaixador em Tóquio (2011-2013);

Delegado Permanente na Delegação Permanente do Brasil junto à Organização Mundial do Comércio e a Outras Organizações Econômicas (2013-2016);

Secretário-Geral das Relações Exteriores e Ministro de Estado, interino, das Relações Exteriores nas ausências do titular (2016 – até o presente momento);



Foi Chefe de 32 importantes Delegações:

V Reunião (final) de Recomposição da AID-15/Banco Mundial, em Berlim (2007);

Reunião de Vice-Ministros da Fazenda e Diretores de Bancos Centrais do G-20, em Brasília (2008);

Reunião de Representantes Alternos do Comitê Monetário e Financeiro Internacional (FMI), em Roma (2008);

Reunião de Ministros da Fazenda do G-8, em Osaka, Japão (2008);

I Reunião de Ministros da Fazenda da América e do Caribe, em Cancún, México (2008);

Reunião de Ministros da Fazenda e Presidentes de Bancos Centrais do Mercosul, em San Miguel de Tucumán, Argentina (2008);

Reunião de Vice-Ministros da Fazenda e Diretores de Bancos Centrais do G-20, no Rio de Janeiro (2008);

Reunião de Representantes Alternos do Comitê de Desenvolvimento do Banco Mundial, na Cidade do México (2008);

Reuniões de Vice-Ministros da Fazenda e Diretores de Bancos Centrais do G-20, em Londres, Horsham e St. Andrews, Reino Unido, e na Basileia, Suíça (2009);

Reunião Extraordinária dos Ministros Ibero-Americanos das Finanças, no Porto, Portugal (2009);

Reunião de Representantes Alternos do Comitê de Desenvolvimento do Banco Mundial, em Washington, EUA (2009);

I Reunião de Ministros das Finanças da CPLP, em Lisboa (2009);

II Reunião de Ministros da Fazenda da América e do Caribe, em Viña del Mar, Chile (2009);

Reunião de Ministros da Fazenda e Presidentes de Bancos Centrais do Mercosul, em Assunção (2009);

Reunião de Representantes Alternos do Comitê Monetário e Financeiro Internacional (FMI), no Cairo (2009);

Reunião de Representantes Alternos do Comitê de Desenvolvimento do Banco Mundial, em Washington (2010);

Reunião de Vice-Ministros da Fazenda e Diretores de Bancos Centrais do G-20, em Incheon, Coreia (2010);

Reunião de Representantes Alternos do Comitê Monetário e Financeiro Internacional (FMI), em Paris (2010);

Reunião de Representantes Alternos do Comitê de Desenvolvimento do Banco Mundial, em Paris (2010);

III Reunião de Ministros da Fazenda da América e do Caribe, em Lima (2010);



Reunião de Vice-Ministros da Fazenda e Diretores de Bancos Centrais do G-20, em Gwangju, Coreia (2010);

I Reunião da Subcomissão Econômico-Financeira Brasil-China, em Pequim (2010);

I Diálogo Econômico-Financeiro Brasil-EUA, em Washington (2010);

Reunião de Ministros da Fazenda e Presidentes de Bancos Centrais do G-20, em Gyeongju, Coreia (2010);

LIV Sessão da Assembleia Geral da Organização Mundial da Propriedade Intelectual (2014);

LV Sessão da Assembleia Geral da Organização Mundial da Propriedade Intelectual (2015);

X Conferência Ministerial da OMC, em Nairobi (2015);

XXIX Reunião de Consultas de Ministros das Relações Exteriores da OEA, em Cancún (2017);

XLVII Período Ordinário de Sessões da Assembleia Geral da OEA, em Cancún (2017);

44ª Reunião da Comissão Mista de Cooperação Econômica Brasil-Alemanha, em Porto Alegre (2018);

II Reunião de Ministros de Relações Exteriores do Foro CELAC-China, em Santiago (2018); e

IV Reunião do Grupo de Lima, Santiago (2018).

O Embaixador Marcos Bezerra Abbott Galvão fez jus também às seguintes condecorações:

Ordem do Infante Dom Henrique, Portugal, Cavaleiro (1981);

Medalha Mérito Santos Dumont, Brasil (1983);

Ordem do Mérito Naval, Brasil, Oficial (1999);

Ordem do Mérito Aeronáutico, Brasil, Comendador (1999);

Ordem do Mérito Militar, Brasil, Comendador (2000);

Ordem do Mérito Brasília, Brasil, Grande Oficial (2000);

Ordem de Rio Branco, Brasil, Grã-Cruz (2011);

Grande Medalha do Mérito Presidente Juscelino Kubitscheck, Estado de Minas Gerais, Brasil (2011);

Ordem do Sol Nascente, Japão (2011);

Grande Cordão Ordem do Infante Dom Henrique, Portugal (2011).

Registre-se, em seu currículo, a autoria dos seguintes artigos: “Realismo de Cada Um: interdependência e relações políticas entre Estados no mundo pós-guerra fria”, em Estudos Históricos, vol. 6, nº 12 (1993); “Globalização: arautos, céticos e críticos”, em Política Externa, vol. 6, nº 4



e vol. 7, nº 1 (1998); “Brazil, Russia, India and China: Brand BRIC Brings Chance”, em *The World Today*, August 2010, nº 3 (2010); e “O G-20 e a transformação da governança internacional: anotações pontuais de um participante”, em *Política Externa*, vol. 20, nº 3 (2011). Além do livro “Diplomacia e Política de Defesa: o Brasil no debate sobre a segurança hemisférica na década pós-Guerra Fria (1990-2000)”, pela FUNAG, em 2015, obra integrante da Coleção CAE.

Registre-se também que o Embaixador Galvão foi considerado como um dos melhores alunos por seus professores nos diversos cursos que frequentou, inclusive tendo sido o primeiro da sua turma no Instituto Rio Branco em 1980.

Ainda em observância às normas do Regimento Interno do Senado Federal, a mensagem presidencial veio acompanhada de sumário executivo elaborado pelo Ministério das Relações Exteriores sobre a União Europeia o qual informa acerca das relações bilaterais com o Brasil, inclusive com cronologia e menção a acordos e dados básicos da organização.

A União Europeia (UE) é uma união política e econômica formada de 28 estados membros. Sua área é de 4.475.757 km² e sua população é estimada em 511,8 milhões de habitantes.

A União Europeia é considerada entidade de caráter supranacional. Os estados membros da UE são nações soberanas, mas partilham sua soberania em certas áreas. Tal partilha significa, na prática, a delegação de competências a instituições comuns, de modo a assegurar que decisões sobre assuntos considerados do interesse coletivo possam ser tomadas em nível europeu.

O Brasil foi um dos primeiros países e o primeiro país latino-americano a estabelecer relações diplomáticas com a União Europeia (então Comunidade Econômica Europeia), em 1960. Desde então, o relacionamento bilateral passou por diversas mudanças, mas sempre manteve elevada importância no quadro da política externa brasileira.

As relações bilaterais foram impulsionadas pela assinatura, em setembro de 1980, do Acordo-Quadro de Cooperação, com foco no aprofundamento da cooperação econômica e comercial. Em junho de 1992, o marco normativo das relações bilaterais foi atualizado com a assinatura



de novo Acordo-Quadro de Cooperação (em vigor desde 1995), o qual prevê o reforço da cooperação econômico-comercial entre o Brasil e a União Europeia e amplia o alcance do acordo anterior ao abranger temas como investimentos, transportes, ciência e tecnologia, meio ambiente, energia, turismo, entre outros. Em 2004, a intensa agenda de cooperação científica e tecnológica ensejou a assinatura de acordo específico sobre o tema.

Em maio de 2007, a União Europeia propôs ao Brasil a elevação do relacionamento bilateral ao patamar de Parceria Estratégica. A decisão foi formalizada nos termos da Declaração Conjunta divulgada por ocasião da I Reunião de Cúpula Brasil-UE (Lisboa, 4 de julho de 2007). Com a assinatura da Parceria Estratégica, as relações bilaterais, tradicionalmente densas do ponto de vista econômico e comercial, foram enriquecidas em sua vertente política e atingiram novo patamar, ampliando oportunidades de diálogo sobre desafios globais e oportunidades de interesse mútuo. Além do Brasil, são parceiros estratégicos da UE os Estados Unidos, o Canadá, o Japão, a China, a Rússia, a Índia, a África do Sul, o México e a Coreia do Sul.

No âmbito da Parceria Estratégica, também foram estabelecidos mecanismos de interlocução, denominados Diálogos Setoriais, nos quais são realizadas reuniões periódicas de avaliação da cooperação bilateral. Dada a diversidade de temas que integram a Parceria Estratégica, há mais de 30 diálogos setoriais em andamento. A Comissão Mista bilateral, cuja XVII Reunião foi realizada em setembro de 2017, exerce o papel de coordenação dessa ampla agenda temática. São realizados, ainda, encontros regulares entre representantes das sociedades civis e do empresariado.

As relações econômico-comerciais também são de imensa relevância para ambos os lados: tomada em seu conjunto, a UE é hoje o segundo maior parceiro comercial do Brasil, e, para a UE, o Brasil é o 10º parceiro comercial extrarregional europeu. Além disso, a UE detém um dos mais importantes estoques de investimentos no Brasil, ao passo que o país se transformou em importante fonte de investimentos diretos estrangeiros na UE. As dinâmicas relações econômicas têm enorme potencial de expansão: além das perspectivas de incremento do comércio, sobretudo com a expectativa de conclusão das negociações de acordo comercial entre Mercosul e UE, espera-se que os investimentos recíprocos sigam em rota de expansão.



Por fim, destaca-se que a agenda de cooperação é igualmente intensa. Na área de ciência e tecnologia, Brasil e UE cooperam de maneira próxima em pesquisas e investimentos conjuntos em áreas como os biocombustíveis e a tecnologia da informação. Como sede de importantes centros de pesquisa, a UE é parceira fundamental em projetos de tecnologia e inovação, os quais poderão contribuir para um salto qualitativo no desenvolvimento brasileiro.

Em 2017, o intercâmbio comercial do Brasil com a União Europeia somou US\$ 67 bilhões, participação de 18% sobre o intercâmbio global do país e expansão de 4% em relação à cifra do ano anterior. O crescimento das transações com a União Europeia inseriu-se em um contexto de expansão generalizada do comércio exterior brasileiro, que vivenciou incremento de 14% em relação à cifra de 2016, tendo por pano de fundo a recuperação do nível de atividade da economia brasileira. Para efeito de comparação, o intercâmbio com a China somou US\$ 75 bilhões (participação de 20,3% no total) ao passo que o comércio com os Estados Unidos equivaleu a US\$ 51,7 bilhões; 14% do total.

Os produtos básicos representaram 47% do total das exportações para a União Europeia ao passo que, da perspectiva da demanda, os manufaturados equivaleram a 95% das importações originárias do bloco europeu. As exportações de produtos do agronegócio à União Europeia atingiram US\$ 16,9 bilhões. A China continuou mantendo a posição de principal destino para o agronegócio brasileiro, tendo as exportações para o país asiático atingido US\$ 26,6 bilhões. Assim, a União Europeia manteve a segunda posição entre os principais destinos para o agronegócio do país.

Desde 2015, o resultado das trocas comerciais tem sido favorável ao Brasil. Em 2016, o saldo positivo brasileiro em transações com o bloco europeu foi de US\$ 2,3 bilhões. Já no ano passado, esse superávit cresceu 23%, somando US\$ 2,8 bilhões.

As exportações brasileiras para a União Europeia cresceram 5% em 2017, totalizando US\$ 34,9 bilhões (16% do total das vendas externas brasileiras). No mesmo ano, a China adquiriu 22% do total da oferta brasileira de bens e, aos Estados Unidos, foram direcionados 12%. Foram os seguintes os seis principais grupos de produtos exportados para o bloco europeu: minérios (US\$ 4,2 bilhões; participação de mercado da ordem de 12,0% sobre o total); farelo de soja (US\$ 2,7 bilhões; 7,8%); café



(US\$ 2,6 bilhões; 7,3%); máquinas, aparelhos e instrumentos mecânicos (US\$ 2,4 bilhões; 6,7%); ferro e aço (US\$ 2,3 bilhões; 6,7%); soja em grãos (US\$ 2,0 bilhões; 5,8%).

Em 2017, as importações brasileiras originárias da União Europeia aumentaram 3%, atingindo US\$ 32,1 bilhões (participação de 21% no total da demanda nacional por bens). Os seis principais grupos de produtos adquiridos pelo Brasil do bloco europeu foram: máquinas, aparelhos e instrumentos mecânicos (US\$ 5,8 bilhões ou 18,1% do total); produtos farmacêuticos (US\$ 3,5 bilhões; 11,0%); combustíveis (US\$ 2,6 bilhões; 8,0%); máquinas, aparelhos e instrumentos elétricos ou eletrônicos (US\$ 2,4 bilhões; 7,5%); produtos químicos orgânicos (US\$ 2,3 bilhões; 7,1%); veículos automotores (US\$ 2,2 bilhões; 7,0%). A União Europeia assume posição singular no contexto da demanda brasileira de importantes itens de maior valor agregado, como é o caso, por exemplo, dos produtos farmacêuticos.

Por fim, examinando-se o aspecto dos investimentos recíprocos, verifica-se que a União Europeia é a região do mundo que mais investe no Brasil, tanto em termos de estoque quanto em termos de fluxo, segundo dados do Banco Central do Brasil. O estoque de investimento da União Europeia somou, em 2015 (último dado disponível), US\$ 175,6 bilhões. A região responde por quase a metade (48,4%) de todo o investimento externo em solo brasileiro.

Dos 40 maiores investidores no Brasil em 2017, 16 são países da União Europeia e registraram US\$ 28,7 bilhões em investimentos, o que corresponde a 47,5% do total de inversões recebidas pelo Brasil naquele ano. Os principais investidores foram (em ordem de montante investido): Países Baixos, Luxemburgo, Alemanha, França e Espanha.

Os investimentos europeus no Brasil são de grande tradição histórica e de importante caráter estratégico. Empresas europeias atuam em setores intensivos em tecnologia e pesquisa no Brasil, com elevado grau de conteúdo local. Entre 2005 e 2017, os setores que mais concentraram investimentos produtivos europeus no Brasil foram manufatura (52,6%), TIC e infraestrutura de internet (16,5%), serviços de negócios (9,6%), indicando que o IED europeu está fortemente ligado a setores de alto valor agregado.



A UE também é uma das regiões que mais atraem os investimentos do Brasil. Em 2015, o estoque de investimentos brasileiros em países da União Europeia somou US\$ 118,6 bilhões, o equivalente a 45,7% das inversões brasileiras no exterior. Em termos de fluxo, 10 países da UE constam entre os 40 principais destinos dos investimentos brasileiros em 2017, com inversões estimadas em US\$ 6,4 bilhões.

Diante do exposto, julgamos que os integrantes desta Comissão possuem elementos suficientes para deliberar sobre a indicação presidencial, nada mais podendo ser aduzido no âmbito deste Relatório.

Sala da Comissão,

, Presidente

, Relator

